



Porcos, vírus e plantas: uma história multiespécies da modernização agropecuária na Fronteira Sul do Brasil durante a Grande Aceleração

Claiton Marcio da Silva*

RESUMO

Este estudo analisa a tecnificação agropecuária na fronteira Sul do Brasil durante a Grande Aceleração, argumentando que episódios conflituosos envolvendo elementos humanos e não humanos exemplificam disputas no campo científico, tecnológico e industrial entre elementos como a dominante – porém ‘decadente’ – banha de porco *versus* a versatilidade do óleo vegetal proveniente da soja. Essa batalha entre óleos e gorduras, no limite, produziu também lutas sociais e novas hierarquias não apenas regionais, mas em múltiplas escalas. Metodologicamente, este estudo intercala a análise de eventos regionais com as modificações nacionais e globais, conectando-se aos debates econômicos, políticos e científicos e suas pretensões de gerenciar porcos, soja e vírus. Em termos teórico-metodológicos, a partir de uma abordagem que combina história ambiental, história das ciências e estudos ambientais, este artigo articula a relação entre humanos e não humanos na construção de processos históricos como a tecnificação da agricultura na região.

Palavras-chave: Antropoceno; Grande Aceleração; abordagem multiespécies; tecnificação agropecuária; Peste Suína Africana

Pigs, Viruses and Plants: a Multi-species History of Agricultural Modernization in Brazil's Southern Frontier during the Great Acceleration

ABSTRACT

This study analyzes agricultural technification in Brazil's Southern Border during the Great Acceleration, arguing that conflicting episodes involving human and non-human elements

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02405408>

Artigo recebido em 13 de março de 2023 e aceito para publicação em 30 de julho de 2023.

* Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul / Campus Chapecó, Chapecó, SC – Brasil. E-mail: claiton@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4582-4586>. Este trabalho é resultado do projeto “A era da soja”, apoiado por bolsa de pesquisa PES-2023-0158, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

exemplify disputes in the scientific, technological and industrial field between elements such as the dominant – but “decadent” – lard versus the versatility of vegetable oil from soybeans. This battle between oils and fats has also produced social struggles and new hierarchies, not only regionally, but at multiple scales. Methodologically, this study intersperses the analysis of regional events with national and global changes, connecting to economic, political and scientific debates and their claims to manage pigs, soy and viruses. In theoretical-methodological terms, from an approach that combines environmental history, history of science and environmental studies, this article articulates the relationship between humans and non-humans in the construction of historical processes such as the technification of agriculture in the region.

Keywords: Anthropocene; Great Acceleration; Multi-species Approach; Agricultural Technification; African Swine Fever

Cerdos, virus y plantas: una historia multiespecies de la modernización agropecuaria en la Frontera Sur de Brasil durante la Gran Aceleración

RESUMEN

Este estudio analiza la tecnificación agropecuaria en la frontera Sur de Brasil durante la Gran Aceleración, argumentando que episodios de conflicto que envolvían elementos humanos y no humanos ejemplifican disputas en el campo científico, tecnológico e industrial entre elementos como la dominante — aunque “decadente” — *banha de porco versus* el aceite vegetal proveniente de la soya. Esta batalla entre aceites y grasas, al límite, también produjeron luchas sociales y nuevas jerarquías no sólo regionales, sino también a múltiples escalas. metodológicamente, este estudio intercala el análisis de eventos regionales con las modificaciones nacionales y globales, conectándose a los debates económicos, políticos y científicos, además de sus pretensiones de gerenciar cerdos, soya y virus. En términos teórico-metodológicos, a partir de una perspectiva que combina historia ambiental, historia de las ciencias y estudios ambientales, este artículo enlaza la relación entre humanos y no humanos en la construcción de procesos históricos como la tecnificación de la agricultura en la región.

Palabras Clave: Antropoceno; Gran Aceleración; abordaje multiespecies; tecnificación agropecuaria; Peste Porcina Africana

Em 27 de agosto de 1978, cerca de 200 colonos se reuniram para preparar um tradicional churrasco de domingo. Naquela pequena comunidade de São João, então pertencente ao município de Xanxerê, interior do estado de Santa Catarina, o cardápio, no entanto, foi modificado: no lugar do habitual churrasco bovino, foram abatidos alguns porcos White

Large do rebanho local, que em seguida foram assados possivelmente em um fogo de chão e, perto do meio-dia, os pedaços de carne foram servidos aos próprios proprietários, seus vizinhos na comunidade, além de membros progressistas da Igreja Católica. A modificação no cardápio, por sua vez, teve uma motivação política: chamar a atenção da sociedade para a controvérsia em relação ao surto da Peste Suína Africana, que teria atingido os rebanhos brasileiros – naquela comunidade em específico, as pocilgas estavam interditadas pelas autoridades sanitárias há 86 dias, sem registrar o surgimento de novos possíveis casos. A ingestão de carne suína, para esse grupo de produtores rurais, simbolizaria uma contestação às mesmas autoridades sanitárias que declararam a existência de um surto de peste suína naquele local. A estratégia dos colonos de São João, no entanto, não surtiu o efeito desejado: em 1º de setembro de 1978, um pelotão da Polícia Militar de Santa Catarina invadiu a propriedade e fuzilou todo o rebanho; depois, os policiais lançaram os porcos em uma vala comum para serem queimados – o mesmo ocorrendo com toda a pocilga.¹

O caso acima relatado é um microcosmo do que ocorria no Brasil desde 10 de maio de 1978, quando patologistas do Instituto Brasileiro Animal (IBA) foram requisitados para investigar a morte de 150 porcos de um rebanho de mil animais em Paracambi, estado do Rio de Janeiro. O caso fluminense gerou um grande alarme sanitário no país e durante os quatro anos subsequentes – até que o último caso de Peste Suína Africana fosse oficialmente reportado – esse evento brutal se repetiu de maneira mais ou menos semelhante em diversas propriedades rurais no Brasil: exemplo disso, entre junho e outubro de 1978, ou seja, apenas um mês após o surgimento de um surto em Paracambi, foram diagnosticados focos nos estados do Pará, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás – além do caso já citado em Santa Catarina. Mais tarde, entre março e julho de 1979, novos focos da doença foram diagnosticados em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais e, em 1981, novamente em Santa Catarina, Espírito Santo e Pernambuco. Oficialmente, as autoridades sanitárias reportaram que em torno de 70% dos focos ocorreram nas Regiões Sul e Sudeste, e o resultado mais direto foi que o governo brasileiro determinou a matança de 66 mil suínos em todo o país durante os quatro anos de epidemia (TOKARNIA *et al.*, 2004, p. 232); e em muitas dessas comunidades, um trauma coletivo ficou evidenciado na memória, exemplificando, na maioria dos casos, a brutalidade da ditadura em relação aos pequenos produtores rurais independentes.

E exatamente esse aspecto – o de que os produtores de suínos atingidos pela matança de seus rebanhos não estavam associados às crescentes agroindústrias ou cooperativas da região na Fronteira Sul do Brasil² – influenciou uma primeira geração de trabalhos acadêmicos

¹ D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda. *Entrevista concedida a Claiton Marcio da Silva*. Chapecó, 13 dez. 2022; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?* Xanxerê, [1978]. (Acervo particular de Wilmar D'Angelis).

² Essa região abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e localiza-se em área de fronteira com a Argentina; compreende 381 municípios, com área total de 139 mil

sobre o tema; para historiadores, cientistas sociais e memorialistas ligados aos movimentos sociais e políticos progressistas, a matança de animais foi impulsionada pelos interesses das agroindústrias em introduzir raças exóticas e controlar toda a cadeia produtiva de carne e derivados – conforme sintetizado por Zanotto (2013) e Poli (2008). Em um contexto ditatorial, os militares adotaram um modelo de modernização agropecuária que objetivou criar uma pequena elite de produtores rurais com acesso a crédito abundante e maquinário, enquanto a maior parte do campesinato seria expulso do campo e serviria como mão de obra não qualificada nos incipientes centros urbanos. Contudo, existe um emaranhado de explicações sobre o tema que, com o passar das décadas e as mudanças no sistema político-institucional, passou a considerar aspectos das mudanças científicas e tecnológicas que, de acordo com seus defensores, teriam influenciado na eclosão de eventos repetidos de matança de porcos por parte do governo, conforme mencionado por Tokarnia *et al.* (2004) e Viana (2008). Em resumo, ambas as abordagens não são conflitantes em seus aspectos gerais: ambas concordam que a tecnificação da produção de suínos reinventou toda a cadeia produtiva; no entanto, para a primeira, a Peste Suína Africana foi – na maioria dos casos – uma farsa inventada pelas autoridades políticas e grupos empresariais para desestruturar os produtores de suínos que resistiram em se integrar ao sistema agroindustrial; para a segunda abordagem, mesmo com a arbitrariedade e autoritarismo sanitário e governamental voltado ao diagnóstico e posterior matança dos porcos, esse grupo defende que realmente existiram focos dessa peste suína.

Para este trabalho, entretanto, não desconsiderarei ambas as abordagens, mas considerarei esse evento como representativo para a análise de relações humanas e não humanas controlando (ou não) o fluxo de matérias em escala local, nacional e global, observando como a crescente agroindústria, cooperativas e os governos nacionais se situaram frente às mudanças nos regimes alimentares durante esse momento. Portanto, mais do que concordar se a epidemia de Peste Suína Africana foi uma farsa ou não, meu argumento é de que esse episódio envolvendo elementos humanos e não humanos exemplificam disputas no campo científico, tecnológico e industrial entre elementos como a dominante – porém “decadente” – banha de porco *versus* a versatilidade do óleo vegetal proveniente da soja. Seguindo esse argumento, o final da década de 1970 configura o momento crucial de câmbio entre o comércio e uso de banha de porco em escala nacional e global por várias razões, como a política nacional de descontinuidade de produção de gordura animal em função de sucessivas epidemias, a produção de porcos com menor teor de gordura em nível industrial, a chegada de geladeiras que substituíam a gordura animal como conservante alimentar e, finalmente, a ascensão da indústria de óleos vegetais, principalmente de soja. Portanto, se geopoliticamente a Guerra Fria, a ditadura civil-militar brasileira e o avanço do capitalismo colocam em uma mesma arena de conflito determinados porcos “brasileiros”, raças exóticas, um vírus específico e,

quilômetros quadrados e população estimada de 3,7 milhões de habitantes em 2010 (ZARTH, 2015, p. 10).

finalmente, o óleo proveniente de uma planta, os resultados são singulares e indicativos para uma historiografia multiespécies e dos recursos também em seus aspectos políticos.

Existindo ou não, portanto, o surto de Peste Suína Africana iniciado em 1978 estimulou, por um lado, a intensificação de uma elite industrial que dominou parte do mercado mundial de proteína animal nas décadas seguintes e, por outro, o surgimento de movimentos de lutas sociais fundamentais para a resistência social, política e ambiental também em escala nacional e global; o principal exemplo é o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A inquietação metodológica, nesse sentido, pretende deixar claro que a matança de porcos não é o evento *sensu stricto* para a formação de ambos os movimentos; considero para esse texto, de certa forma, que a batalha entre a indústria de óleos vegetais e gorduras animais intensificou as condições de existência de ambos os movimentos, como será debatido ao longo do texto. Mas uma historiografia do Antropoceno deve, ao contrário do que essa era geológica gerenciada pelos humanos pode sugerir em seu nome, aspectos de uma crescente preocupação pós-humanista na análise histórica³. Mais especificamente, a história ambiental como campo, atende a sucessivos chamados teórico-metodológicos que pretendem situar o papel dos não humanos na agência histórica (LATOURET, 2012; HARAWAY, 2022; TSING, 2022); além desse ponto, uma abordagem menos difundida entre o público de língua portuguesa como a historiografia dos recursos e das matérias – com o interesse em como os humanos transformam matérias em recursos econômicos que, por sua vez, possibilitam intercâmbios e relações de poder nem sempre situadas pelo paradigma antropocênico ou pós-humanista (HAUSMANN; PERREAUX, 2018). E, portanto, esse trabalho é um exercício de diálogo entre os campos da história e das humanidades ambientais; com isso, situo os seres humanos como seres diversos que são coconstituídos e agem em conjunto com os ambientes (sociais, materiais, ecológicos) em que estão situados (HOOP, SRIDHAR; SILVA; VLEUTEN, 2022, p. 200). Isso implica ampliar o leque de questões sobre como esse emaranhado de relações influencia não apenas na análise sobre os seres humanos, sua agência e desequilíbrios de poder no Antropoceno mas, sobretudo, compreender o que constitui esses “ambientes” materiais e ecológicos que envolvem esses seres humanos. O ambiente, portanto, não é um “palco”, um espaço estático onde humanos atuam historicamente: metaforicamente, está mais para areia movediça; de maneira diferente do ambiente singularizado analisado pelas ciências naturais que estudam o Antropoceno, esse texto aborda os múltiplos e possivelmente injustos mundos, surgindo juntamente com a imaginação e as práticas dos humanos que neles vivem; ou, por outro lado, uma determinada abordagem

³ “Devido à influência da tradição e da teologia cristã nas sociedades europeias, a modernidade e, mais tarde, a contemporaneidade também foram produzindo, ao longo do tempo, perspectivas de humano que têm imanentes a si mesmas um desejo ou uma vontade de transcender e/ou ultrapassar a condição humana. Isto revela uma tensão dentro do próprio conceito de humanismo, como conceito que se pretende dirigir a toda a espécie humana” (MAIA, 2017, p. 7). Recentemente, Schlosser aponta uma modificação epistemológica, indicando uma passagem do pós-humano para o não humano no debate científico (SCHLOSSER, 2019).

do Antropoceno aponta para a percepção da destruição desse palco onde se desenvolve o drama da existência humana. De fato, e criticamente, ao compreender os seres humanos e seus ambientes como coconstituintes, observaremos as relações de poder (pós)coloniais e desigualdades na formação de um ambiente humano e ambiental a partir de múltiplas escalas (HOOP; SRIDHAR; SILVA; VLEUTEN, 2022, p. 202). Em segundo lugar, finalmente, como essas relações convergem ou conflitam com aspectos da ciência e tecnologia, que por sua vez, conectam os diversos espaços-tempos pós-coloniais? De maneira a complementar essa inquietação metodológica, situo o episódio da matança de suínos em 1978 como um evento indicativo de transformações técnicas promovidas por governos autoritários – em especial no Brasil – que, por sua vez, estimula novas transformações técnicas, abandono de humanos, animais e matérias, entre outras consequências históricas.

Em uma breve genealogia, a soja e o óleo derivado desse grão, a produção de banha suína e a Peste Suína Africana foram acomodadas em um mesmo território a partir de relações comerciais e industriais construídas nos contextos imperiais e neocoloniais. Originalmente, a soja é uma planta domesticada na região Nordeste da China e incluída como base alimentar das populações daquela região entre 5.000 e 6.000 anos atrás, expandindo-se inicialmente para os atuais territórios do Japão e península coreana (LANDER; DUBOIS, 2022, p. 29). As expedições científicas europeias introduziram a soja em jardins botânicos e em instituições experimentais no contexto imperial da modernidade; no século XVIII chegou aos Estados Unidos, onde foi aproveitada pela indústria e de onde surgiram novas variedades cujas sementes passaram a concorrer no comércio internacional com a China. E finalmente, por requerer vastas extensões de terra para a intensificação de lucros, o colonialismo e o neocolonialismo dos séculos XIX e XX introduziram ou expandiram monocultivos de soja na América Latina e África, além de países da Ásia que anteriormente não produziam o grão em escala comercial (SILVA; DE MAJO, 2021). Os crescentes contextos de trocas comerciais, por sua vez, estimularam a expansão da Peste Suína Africana para novos territórios. Nomeada a partir de uma concepção colonialista – o nome desta família e gênero são derivadas do acrônimo inglês *African Swine Fever and Related Viruses, Asfvirus* – esse tipo de peste suína é endêmico de regiões no leste e no sul do continente Africano, onde o vírus se estabeleceu há muito tempo em um ciclo silvestre, envolvendo transmissão entre os suídeos selvagens (*Phacochoerus africanus* e *Potamochoerus larvatus*) e em uma espécie de carrapato (*Ornithodoros spp*). Com a introdução de suínos domésticos no Quênia durante a década de 1920, o vírus se difundiu nos novos rebanhos, espalhando-se pela África Subsaariana, alcançando Portugal (1957) e Espanha (década de 1960), onde permaneceu endêmica. Em 1971, um surto foi reportado em Cuba, exterminando praticamente metade do rebanho do país; até 1980, a doença foi oficialmente identificada na República Dominicana e Haiti, além do já mencionado caso brasileiro. Essa peste é uma doença viral, altamente contagiosa e hemorrágica, causada pelo agente *Asfvirus*, e se difere da Peste Suína Clássica – um vírus do gênero

Pestivirus, da família *Flaviviridae* –, pela agressividade dos sintomas e letalidade. Em geral, a doença ataca os *suidae*, a família de mamíferos artiodáctilos, que inclui desde os suínos domésticos (*Sus scrofa domesticus*), até os considerados asselvajados (javali, ou *Sus scrofa scrofa*). No caso brasileiro, como veremos ao longo do texto, a Peste Suína Clássica já era conhecida pelas autoridades sanitárias e produtores desde meados do século XX, atingindo a cadeia produtiva de banha de porco (MOURA, 2009).

Como indicativo de uma história mais ampla do fluxo de matérias transformadas em recursos econômicos, entretanto, é necessário analisar a importância social, ambiental e cultural desse tipo de gordura na sociedade regional – fundamental para o entendimento da integração econômica da Fronteira Sul do Brasil na economia nacional e global, como veremos a seguir.

Inserções globais e singularidades: porcos e banha na Fronteira Sul do Brasil

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) investiu fortemente na expansão da fronteira agrícola com foco na produção de *commodities* de interesse para o mercado externo, como a soja, trigo, milho e arroz, além dos tradicionais café e borracha. Dado a opção governamental por uma industrialização baseada na urbanização, construção de polos industriais e intensificação da exploração das matérias naturais principalmente a partir de fins da Segunda Guerra Mundial, uma intensa tecnificação guiou a conexão entre os “mundos” urbano e rural (SILVA, 2023, p. 34). Nessa conjuntura, um Brasil com maioria de sua população vivendo no meio rural até a primeira década após o final da Segunda Guerra Mundial foi radicalmente modificado nas décadas seguintes, embora com diferenças fundamentais: no “Brasil subtropical”, mais especificamente no interior dos três estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – os governos estaduais haviam iniciado um processo de ocupação das regiões de fronteira com a Argentina nas primeiras décadas do século XX. Os descendentes de italianos, alemães e poloneses originalmente assentados mais próximos às regiões do Atlântico foram estimulados a migrar para o interior e substituir – através do uso da violência – as populações camponesas e indígenas e, finalmente, ocupar as terras recém conquistadas em disputa com a Argentina. Essa forma de *enclosure* estatal se apropriou das terras de posseiros que, devido à própria falta de ação do estado, não possuíam titulação das terras; esses caboclos ou simplesmente “brasileiros” são descendentes de povos indígenas, ex-escravizados e portugueses assentados em pequenas comunidades rurais que foram sendo empurrados para as margens da sociedade, pois o objetivo governamental de civilizar os sertões perseguiu a implantação de um modelo de agricultura baseada no trabalho familiar e na policultura de subsistência (ZARTH, 2015).

Essa diferença de modelo – pequena propriedade rural com trabalho migrante neoeuropeu *versus* grande propriedade com trabalho assalariado – é uma das singularidades para nossa análise. Nos sessenta anos que precederam o evento da Peste Suína Africana, as diferentes esferas governamentais estimularam a formação de uma sociedade dominada por agricultores brancos e sua pretensa superioridade técnica agrícola em relação aos camponeses pobres historicamente vivendo na região (RADIN, 2005). Nas décadas que se seguiram, finalmente, uma relativamente pequena e esparsa população foi engendrada nessa região, cultivando principalmente trigo, milho e feijão em escala familiar, complementada por cítricos, alimentação de influência indígena – abóboras, sementes crioulas de milho e mandioca – e, finalmente, por animais criados pelos caboclos, como gado *vacum* e *muar*, cabras, galinhas e porcos “brasileiros” tais como o Piau, Canastra, Caruncho e Pirapitinga – raças “abrasileiradas” ao longo de séculos. Três características desse processo histórico são fundamentais para o argumento central desse texto: o lento mas contínuo crescimento de centros urbanos nessa região, formado em torno de uma elite comercial relativamente hábil no escoamento da produção excedente; o declínio da figura do “colono” familiar – antes visto pelos governos enquanto o modelo civilizatório ideal, mas que assemelhava-se após a Segunda Guerra Mundial ao “atrasado” caboclo em muitos aspectos⁴; e, finalmente, que ambos colonos neoeuropeus e caboclos gerenciaram não humanos e as matérias produzidas a partir desse processo de maneira a criar excedentes que, mesmo de forma subalterna, os conectavam a centros urbanos regionais e mercados nacionais (FORNECK; LUBENOW, 2021). A banha de porco é um dos exemplos principais.

No Brasil, esses rebanhos de suínos foram historicamente domesticados para se adaptar a novas ecologias; para além do consumo da carne, desenvolveu-se em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul uma indústria voltada ao charque – carne seca e salgada para a maior durabilidade, além da utilização do couro. A indústria de abate e comercialização de suínos estadunidense, desde meados do século XIX, também exerceu uma grande influência tecnológica e financeira sobre outros países da América Latina, ao criar e difundir abatedouros industriais, inclusive com a invenção de câmaras-frias para a conservação da carne – pela Armour na década de 1870. O oligopólio de indústrias do Estados Unidos, nesse contexto, iniciou um processo de aquisição de abatedouros na região do Prata ainda em fins do século XIX, aproveitando o crescimento de rebanhos na região, embora entre fins do século XIX e início do século XX, a banha brasileira fosse considerada como de má qualidade e enfrentava problemas no comércio exterior, declinando suas exportações de 8 toneladas em 1896

⁴ No caso da Fronteira Sul Brasileira, mas também em outras partes como o Centro-Oeste e região Amazônica depois da Segunda Guerra, a inserção de colonos de origem neoeuropeia pode ser entendida como uma continuidade das políticas de branqueamento em voga no início do século XX. A reversão dos colonos aos hábitos tradicionais dos caboclos foi motivo de grande crítica de intelectuais e governantes, tendo em vista que, no lugar de “civilizar os sertões”, em alguns casos, os sertões se sobrepunham às técnicas dos neoeuropeus. Ver Claiton (2018, p. 427).

para apenas 1,2 toneladas em 1899⁵, e a banha de porco utilizada no Brasil costumava ser importada em barricas de madeira dos Estados Unidos; nas últimas décadas do século XIX, entretanto, um *turning point* facilitou o crescimento de uma indústria nacional, quando o empresário italiano Francesco Antônio Matarazzo passou a empregar embalagens de metal, o que aumentou a durabilidade do produto e permitiu que os consumidores comprassem quantidades menores (FORNECK; LUBENOW, 2021, p. 8).

Nos estados do Sul do Brasil, se difundiram as raças “tipo banha”, ou seja, com uma distribuição morfológica mais harmônica entre as partes dianteira e traseira, dependendo do manejo nutricional, da seleção dos animais e da idade de abate. Nessa região até a década de 1970, um porco vivo considerado bom para comercialização deveria produzir em média 50% de banha (FORNECK; LUBENOW, 2021, p. 10), pois no comércio regional, além da carne, a banha suína servia como fonte de energia para o trabalho familiar e como forma de acondicionamento da própria carne. Ou seja, na falta de energia elétrica e, portanto, de geladeiras, os pequenos produtores não comerciais geralmente carneavam um ou mais porcos e, ao estilo dos caboclos, adotavam a prática de distribuir a carne entre seus vizinhos – que, por sua vez, quando abatiam um animal, retribuía a gentileza (RENK, 1997). Para conservar a carne destinada à alimentação familiar, após o abate do animal, os colonos fritavam pedaços médios em um tacho suficientemente grande, podendo abrigar até 100 kg da carcaça animal; em seguida, após resfriada, os colonos mantinham as peças de carne nas latas de banha criadas por Matarazzo e relativamente difundidas por volta da Segunda Guerra Mundial. Na época do consumo, os pedaços de carne eram retirados da lata e geralmente fritos e mantidos em louças cobertas por uma toalha e levadas para a roça para serem servidos no horário de almoço – intervalo do trabalho agrícola. Na culinária, a preferência tanto por parte de caipiras do interior do estado de São Paulo ou caboclos e colonos do Sul do Brasil pela banha de porco, se dava por ser considerada melhor “ao proporcionar digestão lenta e, portanto, sensação de saciedade prolongada, sendo o óleo [vegetal considerado] ralo e pobre” (SILVA; KRAEMER, 2019, p. 15). Também, por razão semelhante, a banha de porco era apreciada por seu sabor – e também porque os óleos vegetais de caroço de algodão não tinham uma palatabilidade agradável aos padrões culturais desses grupos sociais.

E dentro dessa dinâmica, a banha se consolidou como o único subproduto com valor comercial em regiões como o Oeste Catarinense (FORNECK; LUBENOW, 2021, p. 6).

Nesse cenário, alguns açougues e agroindústrias atingiram um certo grau de capitalização entre as décadas de 1950 e 1970, intermediando a construção de uma infraestrutura junto aos governos estadual e nacional – abertura de estradas, expansão da rede de energia elétrica, manejo da água e, de certa maneira, influenciando na abertura de escolas e hospitais. Também, pequenas cooperativas agropecuárias criadas por descendentes de europeus embarcaram em mesma era de expansão; em comum, agroindústrias e cooperativas que

⁵ TEIXEIRA, P. F. A banha de porco. *Revista Chácaras e Quintaes*, dez. 1915, p. 427.

inicialmente negociavam o excedente de produção local, passaram a controlar o tipo de animais a ser criado, a maneira como eram criados, com o que eram alimentados e, finalmente, a quem os produtores deveriam destinar seus produtos. Essa mudança radical, será o tema do próximo tópico.

Tecnificação agropecuária

O ponto de mudança nesta *assemblage* que interrelaciona humanos e não humanos durante pelo menos seis décadas em uma determinada região territorial, aconteceu a partir da expansão e modernização do complexo agroindustrial e da forma como esses eventos articularam-se com o apoio financeiro e político da ditadura civil-militar (ESPÍNDOLA, 1999): com a supressão do voto popular, Atílio Fontana, fundador do Grupo Sadia – foi eleito vice-governador indiretamente para o exercício de 1971-1975; na cidade de Concórdia, onde ficava a sede da Sadia, seu sobrinho Victor Fontana intermediou junto ao Ministério da Agricultura da ditadura civil-militar a instalação de um dos 42 Centros de Pesquisa da Embrapa em 1975, nesse caso especializada na pesquisa de aves e suínos. Nesse emaranhado de relações baseadas cada vez mais em uma capitalização intensiva da produção agroindustrial, o dispositivo utilizado pela Sadia e mais tarde por outras cooperativas e empresas agropecuárias foi o chamado Modelo de Integração: a produção de suínos passou lentamente a se homogeneizar, ou seja, a adotar raças exóticas, a confinar os animais antes criados à solta, em pocilgas individualizadas ou semi-individualizadas (PAULILO, 1987); aos poucos, os produtores introduziram alimentação controlada à base de grãos e, posteriormente, ração especial para suínos; também, uma série de insumos foram incorporados à criação dos rebanhos, como vacinas, medicamentos, bebedouros, comedouros, cortinas, etc. (BELATO, 1985), buscando produzir um modelo de animal diferenciado do “porco banha” em termos de peso e estatura. Desde 1958, com a criação da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), iniciou-se um período de controle genealógico dos suínos, importando raças consideradas exóticas para aumentar a proporção de carne dos animais. Algumas raças como a estadunidense Duroc Jersey e, já no início da década de 1960, as raças “brancas” como as britânicas Landrace ou White Large, foram difundidas pelo país para diferenciar os preços dos animais comprados pelo frigorífico. Nesse cenário de introdução de novas raças suínas, os animais passaram a ser classificados em tipo carne, tipo misto e tipo banha: os suínos tipo carne eram os animais de cor branca – Landrace e Large White; no tipo misto enquadravam-se os suínos de várias matizes vermelhas como Duroc, bem como animais com alguma faixa branca – Wessex e Hampshire; finalmente, na classificação “banha”, entravam o restante dos animais, geralmente de coloração preta, com características típicas das raças denominadas nacionais (FÁVERO *et al.*, 2011, p. 106).

Portanto, enquanto a produção de suínos se industrializava e incorporava mudanças nas técnicas de produção, no espaço utilizado para a produção, nas tecnologias e, finalmente, na transformação do próprio produtor – antes considerado “isolado” e “atrasado” e agora o equivalente a um “empreendedor rural” –, o sistema tecnificado da produção empurrava para as margens o modelo de criação tradicional (ZANOTTO, 2013). Para os agricultores marginalizados ou independentes, a criação de suínos continuou sendo praticada como um complemento de renda, com um pequeno número de animais aliados à policultura; mas sem margem de competição com o mercado cada vez mais restrito em função das imposições sanitárias que privilegiavam os produtores integrados à agroindústria. E aqui cabe um clarificar a questão: com a capitalização e tecnificação da produção agropecuária, mesmo os produtores independentes aos modelos de Fomento e de Integração e que criavam porcos comercialmente, passaram a adotar o modelo de confinamento por razões como a diminuição do tamanho das propriedades e da escassez de alimento disponível nos bosques. Em fins da década de 1970, portanto, a técnica de confinamento havia avançado sobre praticamente todas as subclasses de produtores de suínos da região Sul do Brasil (ESPÍNDOLA, 1999), o que facilitou também a transmissão de doenças como a Peste Suína Africana – que será discutida no próximo tópico.

Antes disso, por outro lado, se a relativamente rápida expansão e tecnificação da agroindústria impactou dramaticamente no sistema produtivo, um elemento fundamental para o funcionamento do novo modelo provocou um choque nesse mesmo sistema: o também vertiginoso crescimento da produção e dos usos da soja – um dos itens de uma ração suína balanceada, indicada aos animais confinados. A produção de soja na região da Fronteira Sul do Brasil, assim como em todo o país, foi incipiente até o final da Segunda Guerra Mundial – embora as experiências realizadas no município gaúcho de Santa Rosa sejam consideradas como um *turning point* no cultivo da planta em termos de escala comercial (SILVA; DE MAJO, 2021). Na década de 1940, os agricultores gaúchos introduziram o cultivo de soja no intervalo da produção de trigo – a principal cultura à época – em *plantations* que aproveitavam toda a estrutura industrial do cereal, conseguindo exportar algumas toneladas para a Europa já no início da Segunda Guerra Mundial. Em resumo, ao plantar soja em sucessão ao trigo, possibilitou-se o aproveitamento da mesma área, das máquinas e equipamentos, dos armazéns e da mão de obra.⁶ Contemporaneamente, em 1946, um surto de peste suína clássica abalou a produção de banha principalmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Para compensar a baixa na oferta, o Brasil passou a importar banha novamente dos Estados Unidos; no Rio Grande do Sul, embora esse surto de peste suína não tenha destruído a cadeia produtiva de banha, gerou uma intensificação das campanhas sanitárias por parte dos governos e, sobretudo para o nosso argumento, começou uma tímida política de descontinuidade da produção de banha de porco (SILVA; KRAEMER, 2019, p.

⁶ EMBRAPA. *Soja: história e estatísticas*. Brasília: Embrapa, 1987.

14) – que foi lentamente perdendo espaço, mas não desapareceu totalmente do mercado até a atualidade. Portanto, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, a alta produção de soja poderia gerar um óleo substitutivo para a banha de porco – não sem debates e conflitos, como veremos no próximo tópico.

A batalha das gorduras: da peste suína aos problemas cardíacos em humanos

Na segunda metade dos anos 1970, as raças consideradas exóticas de suínos e a produção de soja estavam em alta, através da organização de associação de criadores, empresas de pesquisa agropecuária – a ditadura civil-militar criou uma unidade especializada na pesquisa de soja em Londrina, no estado do Paraná, em 1975 –, serviço de assistência técnica, do crédito agrícola e de instrumentos de subordinação do produtor à agroindústria, como o Fomento e a Integração.

Por outro lado, a intensificação de capital na agropecuária expulsou um número considerável de famílias do meio rural por razões como o acúmulo de dívidas bancárias – em função de problemas de gerenciamento das propriedades, mas também em função de secas, chuvas intensas ou geadas, gerando um dramático *continuum* do êxodo rural (POLI, 2008). A parcela dos produtores que adotaram, ao menos em parte, a produção comercial de suínos, introduzindo modificações técnicas como confinamento e, também, de introdução de raças como Large White ou Landrace, mas não se integraram aos sistemas de Fomento, teriam sido atingidos pela epidemia da Peste Suína Africana. O exemplo citado no início desse trabalho, como vimos, é de produtores suínos da raça Large White não integrados a qualquer uma das agroindústrias. Esse caso, por sua vez, se assemelha com o primeiro foco registrado em Piracambi, de onde o surto teria se espalhado e levado aproximadamente 5.000 animais ao sacrifício em todo o estado do Rio de Janeiro. A origem da peste foi reportada no sítio Floresta, onde os animais eram alimentados com “mangonga”, uma mistura de restos de comida de restaurante, não cozidos, recolhidos e transportado pelo proprietário a partir de depósitos de empresas aéreas que mantinham linhas para Portugal e Espanha. A suspeita de que se tratava de Peste Suína Africana foi levantada pelo veterinário sul-africano Wilhelm O. Neitz, autor de um estudo sobre o tema. Naquele caso, os suínos vacinados contra a Peste Suína Clássica desenvolveram sintomas, indicando que não existia imunidade para a nova doença; nos três dias seguintes, depois de envolver vários pesquisadores no debate, uma amostra enviada ao Laboratório de Plum Island, que teria confirmado o diagnóstico (TOKARNIA *et al.*, 2004). Os sinais clínicos causados pelo agente Asfvirus foram, de acordo com os pesquisadores, “revelou hemorragias, de diversas formas, em vários órgãos, linfonodos e serosas, que impressionavam pela extensão, gravidade e frequência, além das marcadas lesões pulmonares” (TOKARNIA *et al.*, 2004,

p. 224). Pouco tempo depois do início do surto, a polícia militar iniciou a quarentena do local e a queima dos animais e pocilgas.

Com o alarme sanitário iniciado com o surto de Paracambi, nos meses seguintes, os defensores dos produtores independentes – políticos, igreja, sindicatos – atribuíam a matança a fatores como a introdução de – ainda mais – novas raças suínas pela empresa de milho híbrido Agroceres, empresa brasileira criada a partir de capital do International Basic Economy Co. (IBEC), criado por Nelson Rockefeller em 1947 (SILVA, 2023; MENONCIN, 2017); ao menos em parte, a imprensa e a memória social sobre a epidemia relacionam a eclosão doença à dinâmica expansionista do cultivo de soja. Nesse ponto, as interpretações são muitas: primeiro, é que a Peste Suína Africana teria sido introduzida de maneira proposital; em um exercício conjectural, a literatura sobre o tema demonstra que a redução nos estoques internacionais de soja teria iniciado já em 1971 com o crescimento dos rebanhos bovinos na Europa Ocidental e Estados Unidos, estimulando o mercado de farelos. A entrada da União Soviética na importação mundial de grãos entre 1972/73 também estimulou o aumento dos preços internacionais. Finalmente, a safra de 1972/73 nos Estados Unidos enfrentou condições climáticas desfavoráveis, ameaçando o abastecimento interno; com isso o governo impôs restrições às exportações do grão e de seus derivados (SILVA, 1988, p. 8)⁷.

Nos anos subsequentes, a recuperação da produção de grãos nos Estados Unidos em 1977 teria, como estratégia de retomada do mercado, gerado uma ofensiva ao Brasil, ou seja, uma espécie de guerra biológica, com a introdução da peste suína como estratégia para estancar a exportação de soja brasileira no mercado internacional (JESUS, 2012, p. 70). De acordo com outra interpretação, a peste suína interrompeu a exportação de carne suína afetando também “a exportação de grãos produzidos no Sul do Brasil, região com grande número de registros de focos”. Como exemplo, no final da década de 1970, dez navios carregados com 20 mil toneladas de pellets – compressão do alimento objetivando formar pastilhas – e de farelo de soja brasileiro permaneceram à espera de liberação sanitária no porto de Hamburgo, Alemanha; da mesma maneira, a Polônia, Romênia e Bulgária passaram a exigir das autoridades brasileiras um certificado de que a região produtora de soja, nos últimos seis meses, não esteve exposta ao vírus da peste suína africana (JESUS, 2012, p. 101). Ao tomar ambas interpretações em conjunto, a eclosão de um surto de peste suína não somente interrompeu a comercialização de carne suína para o comércio internacional como também impactou a exportação de grãos, especialmente soja, em função da proximidade industrial entre o cultivo da planta e dos animais (JESUS, 2012, p. 27). Portanto, o aumento da produção de soja é interpretado como um fator de desencadeamento do surto epidêmico – como motivador

⁷ “A drástica redução de 8,5 milhões de toneladas na safra de soja dos Estados Unidos em relação à safra recorde de 42 milhões de toneladas do ano anterior foi um fator dominante na produção mundial de gorduras e óleos em 1974/75”. Trad. livre do autor: “The drastic 8.5 million ton reduction in the United States soybean crop from the previous year's record harvest of 42 million tons was a dominant factor in world production of fats and oils in 1974/75” (FAO, 1976, p. 7).

de uma guerra biológica para retomada do mercado da soja por parte dos Estados Unidos – , onde além dos suínos, o Brasil também seria afetado pela restrição de mercado. Finalmente, em outra linha de interpretação, os próprios produtores independentes atingidos pela truculência autoritária e obrigados a deixar seus animais para sacrifício, identificavam a produção de grãos como um dos fatores de desestabilização da produção de suínos. Em seus argumentos, o governo federal estaria incentivando o plantio de milho híbrido e soja em detrimento do combate à peste suína (JESUS, 2012, p. 177).

Uma série de eventos nos mercados nacional e internacional corroboram ou questionam tais teses: primeiro, é que o final da década de 1970 marca o então auge da expansão da produção comercial de soja brasileira iniciada na década de 1940, aumentando a área de produção continuamente até a safra de 1979/1980. No período compreendido entre 1979/1980 e 1982/1983, por outro lado, a área decresceu em 636.911 hectares, retomando crescimento somente na safra seguinte. Segundo, é que a região Sul do Brasil registrou a redução da área – o total de redução nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul alcançou 1.225.180 hectares, enquanto a área de cultivo no Brasil Central cresceu em 588.269 hectares. Finalmente, as razões para esse declínio na região Sul estiveram concentradas na elevação de custos da produção de soja em torno de 20,7%, descapitalizando os produtores, que passaram a receber até 24,6% a menos pelo grão. Diante desses fatores, os produtores passaram a investir mais intensamente na produção de milho neste período.⁸ Entre fins de 1979 e início de 1980, como exemplo, a ditadura brasileira proibiu por um breve período a exportação de soja e derivados, em função do desabastecimento do mercado interno frente à crescente demanda.⁹ Também, embora em breve declínio durante o episódio da peste suína, o Brasil ocupava a segunda posição no ranking mundial de produção de soja desde 1976, garantindo um mercado relativo nas exportações de derivados como o óleo (ARRUDA, 1985, p. 10). Portanto, até a década de 1970, a soja encontrou condições favoráveis de mercado, especialmente externo. Outro fator, é que um surto de Peste Suína Clássica durante a década de 1940 gerou uma política de descontinuidade de gordura de origem animal; nesse enredo, o mercado nacional estava situado entre um declínio da produção de gordura animal – substituindo os animais “tipo banha” para “tipo carne” – ao mesmo tempo em que existiria uma carência de óleos vegetais comestíveis para substituir a gordura animal.¹⁰

O relativamente rápido crescimento do parque de processamento de soja, garantiu a total absorção da matéria-prima, com o crescimento da participação de cooperativas nos processos de produção e comercialização e de empresas especializadas no beneficiamento de óleo. Como resultado direto ou indireto da Peste Suína, no entanto, se observa que a

⁸ EMBRAPA. *Soja: história e estatísticas*, *op. cit.*, p. 10.

⁹ *Idem.*

¹⁰ *Idem.*

oferta e o consumo interno de óleo de soja não aumentaram a partir de 1980/81. Por outro lado, em comparação com a média dos anos 1970, a oferta aumentou 162,28 % desde 1974, enquanto o consumo interno também cresceu vertiginosamente, marcando 123,04%. Estatisticamente, outro indicativo da mudança entre a década de 1960 e 1970, é que toda a produção de óleo de soja era absorvida pelo mercado interno até 1969; na década seguinte, quando se intensificaram as exportações, a absorção pelo mercado interno passou a responder por 67,68% da oferta anual. Fundamental, entretanto, para entender como o óleo de soja passou a ocupar um lugar quase que soberano no mercado é que nos anos subsequentes, entre o início da Peste Suína Africana e 1987, o óleo de soja foi responsável por 87,02 % a 92,67 % da produção total de óleos vegetais, chegando a alcançar uma taxa de consumo de em torno de 93,81%.¹¹ Ou seja, de praticamente desconhecido na década de 1940, o óleo de soja se tornou onipresente nas prateleiras tanto das grandes redes de supermercados quanto dos pequenos comércios.

Em resumo, à época do massacre de porcos no Brasil em função de uma possível epidemia de Peste Suína Africana, a criação de animais para consumo humano iniciava um longo processo de, por um lado, dependência de farelo de soja para alimentação dos animais e, por outro lado, competição entre a gordura animal e o óleo vegetal. Em termos territoriais, a soja aumentava a extensão das plantations ao mesmo tempo em que aumentava a produtividade – colocando-se como alternativa à suinocultura para agricultores não integrados. Por outro lado, esse fator isolado não explica a predileção pelo óleo de soja em detrimento da banha de porco: primeiro, a indústria e a produção científica acompanharam uma tendência originada nos Estados Unidos, valorizando esse óleo vegetal que disporia de um alto teor proteico, precisando apenas melhorar seus níveis de metionina para adequá-lo para fins comerciais e industriais (LAGO, 1978, p. 1). Somado a isso, o processo de industrialização brasileiro induziu uma transição nutricional no mercado interno, facilitando a oferta e consumo de produtos processados e ultra processados no lugar de produtos *in natura*. Essas transformações na cadeia de produção de alimentos incluíam diferentes tipos lipídeos e por consequência, diferentes tipos de ácidos graxos; logo, entre fins da década de 1970 e início da década de 1980, as estatísticas governamentais indicariam um aumento de doenças crônicas não transmissíveis, como doenças cardiovasculares.¹² A razão para isso seria a publicação de estudos como do cardiologista norte-americano Lester J. Morrison. Baseado nos estudos iniciais do cientista russo Nikolay Nikolayevich Anichkov sobre a relação entre o colesterol e a arteriosclerose, através de um experimento com animais, decidiu já em 1946 que a redução do colesterol no sangue poderia ser terapêutica e iniciou o que foi provavelmente o primeiro estudo testando o possível benefício da redução do colesterol (STEINBERG, 2005, p. 187;

¹¹ *Ibidem*, p. 33.

¹² SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. *I Diretriz sobre o Consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular*. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 100, n. 1, supl. 3, 2013.

MORRISON, 1951, 1955). Em fins dos anos 1960, a tese de Morrison circulava em revistas de divulgação agrícola como *Chácaras e Quintais*, aferindo uma predileção para o óleo de soja, que de acordo com o cardiologista, “é protetor contra os efeitos perniciosos da gordura de porco, manteiga, leite, ovos e carnes”; de acordo com a mesma publicação, “o soja ataca e previne a febre reumática, doenças do fígado, úlceras e cancros”, também “protege o coração, o cérebro, rins, baixa o colesterol”, entre outros benefícios.¹³ Outro estudo posterior ao de Morrison, realizado pelo grupo *Multiple Risk Factor Intervention Trial* e publicado em 1962, teria indicado que fontes naturais de gorduras como a banha suína deveria ser evitada em função de possuir gordura saturada e colesterol em sua composição. Esse mesmo estudo relacionava “as altas ingestões de gordura saturada e colesterol da dieta ao aumento das concentrações de colesterol plasmático, bem como aumento do risco de doenças crônicas não transmissíveis” (MACK; SOUZA, 2019). No Brasil a diferenciação entre gorduras saturada e insaturada dominou o debate e deu um certo ganho de causa ao óleo de soja – na verdade aos óleos vegetais, mas o mercado interno disponibilizava praticamente apenas o óleo de soja, hiperpopularizado nesse cenário de fins da década de 1970. De acordo com as associações de saúde nacionais, reproduzindo de certa maneira as indicações médicas internacionais, as gorduras saturadas elevam o risco de doenças cardiovasculares, pois aumentam os níveis de LDL do organismo. Entre os produtos, destaca-se a banha de porco, bacon, leite integral e carnes vermelhas em geral. Por outro lado, a ingestão de gorduras insaturadas seria considerada como essencial para a manutenção da saúde, com destaque ao óleo de soja – um poli-insaturado.¹⁴

Baseado em fatores como o crescimento da produção de soja, a mudança da cadeia produtiva e das raças suínas, a predileção por alimentos processados para sustentar o processo de industrialização e, finalmente, pelo discurso médico condenando a banha de porco, o óleo de soja se colocou como um produto soberano no mercado nacional. De maneira complementar, a banha de porco, assim como a carne *in natura*, também se tornou objeto de questionamento a partir dos novos padrões sanitários.

Considerações finais: matérias, não humanos e lutas sociais

O processo de substituição da banha de porco pelo óleo de soja enquanto produto dominante no mercado foi relativamente curto – embora em meados da década de 1970, algumas matérias de jornais esparsas indicavam que a substituição da banha por óleo de soja era apenas fruto de uma “técnica sofisticada de propaganda”.¹⁵ O surto de Peste Suína Africana

¹³ REVISTA CHÁCARAS E QUINTAIS. A soja na alimentação, n. 703, jul. 1968, p. 44.

¹⁴ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. *I Diretriz sobre o Consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular. Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 100, n. 1, supl. 3, 2013.

¹⁵ CORREIO BRASILIENSE, 1º mar. 1975. p. 2.

no Brasil, como um todo, mobilizou as autoridades governamentais e sanitárias para intensificar as medidas de erradicação da doença e, a partir disso, retomar o papel de ascensão do Brasil como exportador de derivados de soja e carne suína. Na região da Fronteira Sul do Brasil, além desse aspecto, outros dois processos históricos tiveram influência a partir do episódio da Peste Suína Africana e da consequente matança de animais: de um lado, a organização de associações de criadores, de agroindústrias e de cooperativas e, não menos importante, de empresas nacionais e internacionais de insumos, para interferir diretamente junto aos governos locais e nacionais pela homogeneização da cadeia produtiva. Esse fator contribuiu para que uma elite agroindustrial se consolidasse na região e dominasse uma boa fatia do mercado nacional e internacional nas décadas seguintes, através da composição do maior rebanho suíno brasileiro (ESPÍNDOLA, 1999). As antigas fábricas de banha e pequenos abatedouros adentraram na era da globalização desde fins da década de 1980, recebendo auxílio decisivo das instâncias governamentais na abertura de mercados como a Rússia, Oriente Médio e Sudeste Asiático. Diante da demanda agroindustrial, empresas como a Embrapa – Suínos e Aves desenvolveu o “porco light” durante a década de 1990, um suíno com um mínimo de gordura (FÁVERO *et al.*, 2011); ao mesmo tempo, as cooperativas passaram a pagar melhores preços por animais com menores taxas de gordura, com a política de “tipificação de carcaças”; nesse enredo, ainda, o tempo médio de abate foi paulatinamente decrescendo, entre outras mudanças que indicam a sofisticação da cadeia produtiva economicamente hegemônica.

Por outro lado, o episódio da Peste Suína Africana aglutinou produtores independentes em torno de uma pauta de bastante concreta de reivindicação; antes relativamente dispersos e sem poder de mobilização diante da capitalização do meio rural e da proletarização do campesinato, a Comissão Pastoral da Terra e outros grupos progressistas da sociedade civil reuniram 20 mil produtores rurais em Chapecó em 1979 para denunciar a “farsa da Peste Suína Africana” (POLI, 2008, p. 72). Mesmo em um contexto reivindicatório, no entanto, com o fechamento da fronteira agrícola na década de 1970, a região da Fronteira Sul do Brasil – mais especificamente no Oeste de Santa Catarina – possuía 664.375 pessoas em situação de miséria, alcançando em torno de 15% da população total e cerca de 24% da população rural nos dez anos subsequentes, ou seja, por volta de 1990 (PAULILO, 1996, p. 128). Se as condições estruturais como a tecnificação da agropecuária e a integração à agroindústria criou um êxodo rural com contornos dramáticos, eventos como a Peste Suína Africana contribuíram decisivamente para a expulsão de agricultores independentes – bem como pela sua luta reivindicatória. Os pequenos agricultores que *intrusaram* as terras indígenas no norte do Rio Grande do Sul e dela foram expulsos pela resistência em fins da década de 1970 ocuparam a Fazenda Sarandi em 1978; do excedente de famílias que não conseguiram assentar-se nessa fazenda, originou-se o acampamento da Encruzilhada Natalino em 8 de dezembro de 1980 – mesmo ano da ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo

Erê, Santa Catarina. Finalmente, nesse cenário de “oportunização” das mobilizações sociais fundou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), possibilitando a criação de um novo ambiente de lutas sociais (TEDESCO; SEMINOTTI; ROCHA, 2018, p. 35).

Portanto, o exercício de análise das lutas sociais ou da criação de elites agroindustriais deve, em uma proposta de historiografia relevante para o melhor entendimento do Antropoceno, observar as mediações ecológico-culturais que envolvem humanos, não humanos e recursos/matérias. O recurso analítico neste artigo consistiu em tornar vírus, porcos, banhas e óleos como agentes históricos – e por isso, modificando a relação ou a composição desses agentes, abrem-se novas perspectivas nos processos históricos. Finalmente, esse pequeno microcosmo do Antropoceno pode inserir singularidades bioecológicas, pois exercita a análise a partir das múltiplas escalas de espaço-tempo, se colocando como uma crítica frontal ao difusionismo. Nessa crítica, no lugar de perceber regiões de fronteira apenas como receptoras e, no máximo, regiões de reelaboração da Ocidentalização, por outro lado, esse artigo organizou sua narrativa como um lugar de “passagem”, onde técnica e ciência são transitórios e, embora influenciem na formação da sociedade local, os resultados produzidos nesses contextos – a partir de uma história multiespécie – transitam por outros espaços-tempo e produzem novas modificações socioecológicas. Um estudo mais amplo, portanto, poderia inverter a questão difusionista que por vezes guia a historiografia do Antropoceno: em que medida animais, plantas, bactérias, vírus, águas, solos ou, não menos importante, populações subalternizadas, promovem mudanças significativas na governança dos ciclos biogeoquímicos em múltiplas escalas espacotemporais?

Fontes

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A peste suína africana: quem está ganhando com essa estória?* Xanxerê, [1978]. Acervo particular de Wilmar D’Angelis.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 1º mar. 1975, p. 2.

D’ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda. *Entrevista concedida a Claiton Marcio da Silva*. Vídeo. Chapecó, 13 dez. 2022. Acervo particular.

EMBRAPA. *Soja: história e estatísticas*. Brasília: Embrapa, 1987.

FAO. *The State of Food and Agriculture, 1975*. Rome: FAO, 1976.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. *I Diretriz sobre o Consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular*. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 100, n. 1, supl. 3, 2013.

Referências

- ARRUDA, Maria *et al.* *Processamento, estocagem e exportação de soja em grão e derivados e sua relação com a alternância das safras estadunidense e brasileira*. São Paulo: IEA, 1985.
- BELATO, Dinarte. *Os camponeses integrados*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.
- FÁVERO, Jerônimo Antônio; FIGUEIREDO, Elsie Antonio Pereira de; IRGANG, Renato; COSTA, Claudio Nápoles; SARALEGUI, Walter H. Larrambeberre. Evolução da genética: do “Porco Tipo Banha” ao Suíno Light. *In: SOUZA, Jean Carlos Porto Villas Boas et al.* (eds.). *Sonho, desafio e tecnologia – 35 anos de contribuições da Embrapa Suínos e Aves*. Concórdia: Embrapa Aves e Suínos, 2011.
- FORNECK, Elisandra; LUBENOW, Aline. *De fábricas de banha a agroindústrias internacionais. A construção da cultura agroindustrial de Chapecó*. Chapecó: [s.n.], 2021.
- HAUSMANN, Daniel; PERREAUX, Nicolas. Resources. A Historical and Conceptual History. *Schwächediskurse und Ressourcenregime*. Berlim: Campus, 2018. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02467752/document>. Acesso em: 1º out. 2023.
- HARAWAY, Donna. *Quando as espécies se encontram*. São Paulo: Ubu, 2022.
- HOOP, Evelien de; SRIDHAR, Aarthi; SILVA, Claiton Marcio da; VLEUTEN, Erik Van Der. Introduction: Historicising Entanglements: Science, Technology and SocioEcological Change in the Postcolonial Anthropocene. *Global Environment*, v. 15, n. 2, 2022.
- JESUS, Edivane de. *O sistema de integração na produção de aves no Oeste Catarinense: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- LANDER, Brian; DUBOIS, Thomas David. A History of Soy in China: From Weedy Bean to Global Commodity. *In: SILVA, Claiton Marcio da; DE MAJO, Claudio* (eds.). *The Age of the Soybean. An Environmental History of Soy During the Great Acceleration*. Winwick: White Horse Press, 2022.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social. Uma introdução à teoria Ator-Rede*. Salvador; Bauru: Edufba; Edusc, 2012.
- MACK, Thaliane Tereza Araújo Dias; SOUZA, Rodrigo Gomes de. Controvérsias acerca do consumo e produção de banha suína. *Anais Jornadas Interdisciplinarias de Estudos Agrários y Agroindustriales Argentinos y Latino-Americanos*. Buenos Aires, 2019.

MAIA, João Jerónimo Machadinha. *Transhumanismo e pós-humanismo* – decodificação política de uma problemática contemporânea. Tese (Doutorado em Estudos Contemporâneos), Universidade de Coimbra, 2017.

MENONCIN, Jaine. *De milho (Zea Mays L.) à Agrocel: o papel do milho híbrido Agrocere na modernização da agricultura no Brasil (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2017.

MORRISON, Lester M. A Nutritional Program for Prolongation of Life in Coronary Atherosclerosis. *Journal of the American Medical Association*, n. 159, p. 1425-1428, 1955.

MORRISON, Lester M. Reduction of Mortality Rate in Coronary Atherosclerosis by a Low Cholesterol-low Fat Diet. *American Heart Journal*, v. 42, n. 64, p. 538-545, 1951.

MOURA, Josélio de Andrade. *A Peste Suína Africana no Brasil: a epidemiologia, os registros históricos, a erradicação da doença e o desenvolvimento da suinocultura pós-ocorrência*. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Terra à vista... e ao longe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *A integração no sul do Estado de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Argos, 2008.

RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

SCHLOSSER, Lourdes Arizpe. *Culture, International Transactions and the Anthropocene*. Berlin, Heidelberg: Springer, 2019.

SILVA, Claiton Marcio da. *The Making of Modern Agriculture*. Nelson Rockefeller's American International Association (AIA) in Latin America (1946-1968). Winwick: White Horse Press, 2023.

SILVA, Claiton Marcio da; DE MAJO, Claudio. Towards the Soyacene: Narratives for an Environmental History of Soy in Latin America's Southern Cone. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 11, n. 1, p. 329-356, 2021.

SILVA, Claiton Marcio. Entre Fênix e Ceres. A Grande Aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. *Varia Historia*, v. 34, n. 65, p. 409-444, 2018.

SILVA, Marília Terezinha Domingos Leão. *Comportamento do preço da soja no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, 1988.

SILVA, Nichole Ramos da; KRAEMER, Fabiana Bom. Alimentação na obra “Os parceiros do Rio Bonito”: mudanças nas práticas alimentares dos caipiras frente à urbanização. *Revista IDEAS*, v. 13, p. 1-20, 2019.

STEINBERG, Daniel. An Interpretive History of the Cholesterol Controversy: Part II: the Early Evidence Linking Hypercholesterolemia to Coronary Disease in Humans. *Journal of Lipid Research*, v. 46, n. 2, p. 179-190, 2005.

TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José da (orgs.). *Movimentos e lutas sociais pela terra no Sul do Brasil*. Questões contemporâneas. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

TSING, Anna. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: N-1, 2022.

TOKARNIA, Carlos Hubinger *et al.* O surto de peste suína africana ocorrido em 1978 no município de Paracambi, Rio de Janeiro. *Pesquisa Veterinária Brasileira*, v. 24, n. 4, p. 223-238, 2004.

VIANA, Francisco Cecílio. *História e memória da Peste Suína Africana no Brasil: passos e descompassos*. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2008.

ZANOTTO, André Luís. *Senhores e criadores*. Uma história do combate à Peste Suína Africana em Santa Catarina (1978). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: história e historiografia. In: ZARTH, Paulo; RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir. *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre; Chapecó: Letra & Vida; Ed. UFFS, 2015. p. 9-24.